

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA NA DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Thaísia Simplício Carneiro Matias<sup>1</sup>Áquilas Nogueira Mendes<sup>2</sup>Leonardo Carnut<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda capitalismo contemporâneo destaca que na “fuga às finanças”, o capital portador de juros e o capital fictício se posicionam na base do sistema de crédito atual e a dívida pública assume papel estratégico na alavancagem do Modo de Produção Capitalista. Destarte, objetivamos desvelar a relação que a disputa pelo fundo público tem com o sistema da dívida, organizando nossa exposição em três itens: após estas linhas introdutórias, faremos alguns apontamentos sobre o fundo público; em seguida, discutiremos sua relação com o sistema da dívida para tecermos as considerações finais. Partimos da teoria social crítica de Marx nesta incursão analítica para desvelar o papel central que a dívida pública assume no capitalismo contemporâneo. Portanto, busca entender que forma é esta; quais as suas implicações à classe trabalhadora; e como podemos coletivamente enfrenta-la, ainda que nos marcos desta forma de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Modo de Produção Capitalista. Contemporaneidade. Dívida Pública.

### ABSTRACT

This article discusses contemporary capitalism and highlights that in the “flight to finance”, interest-bearing capital and fictitious capital are positioned at the base of the current credit system and public debt assumes a strategic role in leveraging the Capitalist Mode of Production. Thus, we aim to reveal the relationship that the dispute for the public fund has with the debt system, organizing our exposition into three items: after these introductory lines, we will make some notes on the public fund; then we will discuss its relationship with the debt system to make final considerations. We start from Marx's critical social theory in this analytical foray to unveil the central role that public debt assumes in contemporary capitalism. Therefore, it seeks to understand what form this is; what are its implications for the working class; and how we can collectively face it, albeit within the framework of this form of sociability.

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutora em Serviço Social. [simpliciothaia@gmail.com](mailto:simpliciothaia@gmail.com).

<sup>2</sup> Livre-Docente em Economia Política da Saúde pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: [aquilasmendes@gmail.com](mailto:aquilasmendes@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus São Paulo. Email: [leonardo.carnut@unifesp.br](mailto:leonardo.carnut@unifesp.br)

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



**Keywords:** Capitalist Production Mode. Contemporaneity. Public debt.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a dinâmica do capitalismo contemporâneo desencadeada desde finais da década de 1970, destacando que na “fuga às finanças”, o capital portador de juros e o capital fictício se posicionam na base do sistema de crédito atual e a dívida pública assume papel estratégico na alavancagem do MPC.

Destarte, objetivamos desvelar a relação que a disputa pelo fundo público tem com o sistema da dívida, organizando nossa exposição em três itens: após estas linhas introdutórias, faremos alguns apontamentos sobre o fundo público; em seguida, discutiremos sua relação com o sistema da dívida para tecermos as considerações finais.

Partimos da teoria social crítica de Marx nesta incursão analítica para desvelar o papel central que a dívida pública assume no capitalismo contemporâneo. Portanto, busca entender que forma é esta? Quais as suas implicações à classe trabalhadora? E, como podemos coletivamente enfrenta-la, ainda que nos marcos desta forma de sociabilidade.

## 2 NOTAS SOBRE O FUNDO PÚBLICO

A partir da apreensão dos fundamentos da crítica marxista da economia política sobre o fundo público, partimos da ideia que, embora este termo não seja utilizado na obra marxiana, o mesmo diz respeito ao suporte material do Estado para o processo de reprodução ampliada do capital (BEHRING, 2012).

Para entendermos esta categoria analítica no contexto contemporâneo, incorremos ao processo de criação de valor no modo de produção capitalista, ou seja, a *lei do valor*, a qual “passou a regular as relações econômicas quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou” (NETTO; BRAZ, 2008, p.90) e parte do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



pressuposto que as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

O capital busca incessantemente o acréscimo de valor que apenas a subsunção do trabalho ao capital e a sua exploração no processo produtivo podem concretizar (BEHRING, 2010).

O fundo público situa-se, pois, na reprodução do capital, retornando para seus segmentos, especialmente em contextos de crise; e na reprodução da força de trabalho, via políticas sociais. Portanto, entendemos que o capitalismo seria impensável e insustentável sem a recorrência a recursos públicos, os quais, muitas vezes, agem como uma “acumulação primitiva”, “apesar dos protestos em contrário, combinando com fantasias neoliberais relativas ao ‘reco das fronteiras do Estado’” (MÉSZÁROS, 2003 apud SALVADOR, 2012, p. 125). Assim,

[...] a análise acerca do fundo público precisa ser entendida em meio à realidade contraditória inerente ao modo de produção capitalista, afinal, este é objeto de disputa entre os diferentes interesses da classe trabalhadora e do capital. **Sua utilização depende, portanto, da configuração que assume a luta de classes.** Além disso, sabemos que o Estado não é neutro e que suas ações, ainda que não sejam totalmente insensíveis às pressões que vêm da sociedade, possuem um nítido caráter classista, de modo que a gestão do fundo público está sempre, de alguma forma, comprometida com os interesses da classe dominante (BRETTAS, 2012, p. 102 - grifos nossos).

É nesse sentido que O'Connor (1977) considera as finanças tributárias como uma expressão de exploração econômica que requer, por isso, análise a partir da perspectiva de classe. Segundo o referido autor, a exploração tributária é também dissimulada nos países capitalistas avançados e os impostos indiretos (de vendas, de consumo) continuam a ser as fontes relevantes das receitas tributárias estaduais e locais.

Na relação organizacional entre as classes fundamentais, o Estado, para garantir a reprodução do sistema a longo prazo não pode ignorar as demandas dos segmentos não hegemônicos, assim como deve garantir que a classe trabalhadora se reproduza materialmente (OLIVEIRA, 2012). É desta forma de atuação que O'Connor (1977) afirma existir duas principais funções que o Estado para garantir a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



reprodução da dominação de classes a longo prazo: são elas as funções de **acumulação** e de **legitimação** que, muitas vezes, são contraditórias ao determinar volume e alocação das despesas estatais distribuídas entre capital social e despesas sociais, respectivamente.

Os nexos entre o fundo público e a política social com o circuito ampliado do valor em múltiplas dimensões devem partir, pois, da análise que estes buscam reverter a queda da taxa de lucros e fazer rotar o capital, sendo sempre disputados no solo histórico, da luta de classes, ainda que a correlação de forças seja desfavorável ao trabalho, como nas últimas décadas (BEHRING, 2012). Em outros termos: mais do que resultado, o fundo público é determinante na correlação de forças entre capital e trabalho e decorrente desta característica, “nestes tempos em que o fundo público se torna menos público, levantam-se resistências que tomam partido contra a apropriação cada vez mais privada da riqueza produzida socialmente” (TEIXEIRA, S.O., 2012, p.198).

## 2. A RELAÇÃO ENTRE FUNDO PÚBLICO E O SISTEMA DA DÍVIDA

O que inferimos com os argumentos ora apresentados é justamente sobre a relação desta disputa pelo fundo público tem como engrenagem a manutenção do sistema da dívida (leia-se: do ponto de vista do capital), culminando na privatização crescente dos direitos sociais, a exemplo da saúde enquanto política pública estatal, de modo que a composição e o destino do fundo público assumem uma função cada vez mais relevante no sentido de assegurar a acumulação capitalista (em termos de sua valorização fictícia).

Em outros termos, como nos elucidam Santo e Mendes (2016, p. 37):

O que se pretende aqui demonstrar é, por um lado, o papel preponderante que a dívida pública assumiu como salvação para o capital portador de juros aumentar seu espaço de valorização e, ao mesmo tempo preservar seu valor. Por outro lado, evidenciam-se como as reformas neoliberais garantiram relativa segurança aos rentistas para se protegerem das turbulências do capitalismo em uma crise que se arrasta há décadas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

O orçamento público dá concretude à ação planejada do Estado e reflete as prioridades das políticas públicas as quais serão priorizadas por um dado governo. O fundo público neste processo deve assegurar recursos suficientes ao financiamento das políticas sociais. Entretanto, não cabe apenas a análise de como os recursos são alocados, mas sobre quem recai o financiamento do Estado. Portanto, “o dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país” (SALVADOR, 2012, p.127).

Mendes (2012) analisou sobre os ataques à seguridade social decorrentes de objetivos políticos específicos, os quais, num aspecto mais amplo, partem da não aceitação da burguesia brasileira em relação às vinculações de receitas às despesas obrigatórias em políticas públicas universais. De outro ângulo, também significa a punção do capital portador de juros sobre o fundo público no país, acatando às intenções da mundialização financeira, representados pelo ajuste macroeconômico imposto à periferia a partir dos anos 1990 (MENDES, 2012).

Gentil (2019) corrobora este raciocínio ao afirmar que, nas últimas décadas, com a consolidação da agenda neoliberal, a seguridade social foi sistematicamente alvo de desmonte, endossando quão imbricadas estão a política econômica e a política social estão profundamente.

No que se refere ao orçamento da seguridade social (OSS), Behring (2003) afirmou que a definição das diversas fontes de financiamento decorre da busca de reduzir a dependência em relação ao ciclo econômico, tendo em vista que a massa salarial é a principal variável a sofrer perdas em momentos de recessão. Além disso, “a incidência sobre o faturamento e o lucro das empresas aumenta a estabilidade do sistema e contrabalança a diminuição da mão-de-obra empregada em substituição à introdução tecnológica” (SANTO, MENDES, 2016, p. 17).

O OSS é um alvo privilegiado de disputa pelo fundo público. Apesar constituir um conjunto integrado de políticas sociais, estabelecido na Carta Magna vigente do país e expressar anseios de décadas de lutas por emancipação social, A recusa em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



respeitar e cumprir o que se encontra disposto em lei, como vem fazendo todos os governos desde a promulgação da Carta, não é apenas inconstitucional, mas significa a “negação de demandas e bandeiras históricas que contribuíram para a consolidação da democracia brasileira. Trata-se, portanto, de um ato de violência política que atinge a sociedade brasileira no seu âmago, ou seja, nas questões ligadas à desigualdade social (SANTO; MENDES, 2018, p. 16).

Destarte, a exigência de ajustes fiscais a fim de dar credibilidade aos mercados impulsionou criação de mecanismos legais que permitissem a extração de recursos. É neste caminho que se destacam o Fundo Social de Emergência (FSE - 1994), que se transformou em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e, a partir de 2000, recebeu a nomenclatura de Desvinculação das Receitas da União (DRU). Esta, de acordo com Santo e Mendes (2018, p. 17).

Desrespeita o OSS, já que retira-lhe 20% dos seus recursos e rompe com o padrão de proteção social constitucionalmente definido. O desrespeito à legislação vai desde a consolidação dos orçamentos fiscal e da seguridade em um único demonstrativo por parte dos governos, até a retirada de recursos da seguridade - por meio dos mecanismos já destacados. Gentil (2006, p.52) observa que “como consequência de mais este artifício metodológico, o superávit do orçamento da seguridade social é automaticamente incorporado ao orçamento geral da União”. Promove-se assim, o efeito Robin Hood às avessas, retirando dos que produzem e contribuem ao sistema de proteção para transferir aos que vivem de renda por meio da dívida pública.

Os referidos pesquisadores reiteraram que o OSS, ao longo das duas décadas dos anos 2000, foi autossustentável apesar da recessão: em 2009, teve R\$ 69,6 bilhões de superávit e em 2015, obteve R\$ 73,9 bilhões, todos deflacionados pelo IGP-DI médio de 2015. Afirmam ainda que:

Ao longo das duas décadas analisadas é possível evidenciar o crescente superávit das contas da seguridade. O resultado antes da DRU em 1995 que era de R\$73 bilhões saltou para R\$128 bilhões uma década depois [...]. Nos anos de maior crescimento, o saldo positivo ultrapassou R\$ 140 bilhões, como se observa no ano de 2007, o que destaca os valores expressivos que compõe o OSS. Na segunda década analisada, em comparação com a primeira, é nítido o expressivo crescimento das contribuições sociais, resultado da diminuição expressiva das taxas de desemprego (SANTO; MENDES, 2018, p. 19).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Outro mecanismo de captura dos recursos financeiros em favor do capital nos marcos legais diz respeito à Lei de responsabilidade fiscal (LRF), regulamentada pela Lei Complementar Nº 101, de 2000, a fim de limitar despesas não financeiras do orçamento à medida que busca priorizar o pagamento de juros e sob monitoramento do FMI. Segundo Salvador (2010, p. 380), “O acordo do FMI com o Brasil, firmado após as eleições de 1998, implicou empréstimos no valor de US\$ 41 bilhões, impondo séries de condições na política macroeconômica do país [...] para honrar o pagamento dos juros da dívida”.

O mais recente ataque do ponto de vista orçamentário diz respeito à Emenda Constitucional nº 95, conhecida durante sua tramitação como “PEC da morte”, PEC do fim do mundo” e aprovada em 2016. A referida Emenda Constitucional foi comparada por Behring (2018, p. 65) como um Cavalo de Tróia, ao indexar

[...] os gastos primários do governo federal à inflação do ano anterior, poupando os juros, encargos e amortizações da dívida pública, algumas transferências constitucionais e as chamadas empresas estatais independentes, pessoas jurídicas de direito privado que podem realizar operações financeiras com debêntures e títulos podres da dívida ativa (BEHRING, 2018, p. 65).

O discurso de justificação da EC 95 reforça a política de austeridade é, sob o argumento da necessidade de realizar sacrifícios para fazer com que o país volte a crescer. Neste debate, a autora endossa o papel da dívida para alimentar o processo de acumulação capitalista mostrando que, embora a dívida brasileira tenha chegado em 2016 a 4,2 trilhões, a relação dívida PIB se manteve em 55% no ano de 2014, e aumentou para 70,1%, em 2016. Entretanto, destaca que é de precípua relevância comparar para analisar se realmente cabe uma medida tão destrutiva: “em 2002, a relação dívida PIB com FHC era de 81%; a dos EUA hoje, de 101%; da zona euro hoje, de cerca de 90,7%; do Japão, de 229,2%” (Ibdem). Portanto, o país não está quebrado como insinuam os defensores dessas medidas, mas o que está em jogo é o interesse de assegurar o superávit primário a todo custo, oferecendo garantias do pagamento da dívida pública aos seus credores.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ressaltamos que até a submissão do presente artigo está em tramitação a proposta do chamado “Novo arcabouço fiscal”, através do PLP 93/2023. Este propõe nova regra fiscal a fim de substituir a regra do atual teto de gastos, determinando que os gastos públicos devem crescer de acordo com o comportamento da arrecadação do governo, como também limita o crescimento anual das despesas da União entre 0,6% e 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Neste processo de desmonte das políticas sociais destinadas à reprodução social dos subalternizados ao capital, alarga-se a apropriação privada de parte do fundo público pelos rentistas, donos do capital que porta juros, ao passo em que há uma transferência crescente de recursos sociais para a esfera financeira: de um lado, por meio das contrarreformas das políticas sociais e do repasse de recursos do fundo público para o pagamento da dívida; e, de outro lado, os programas de transferência de renda que, alimentam o capital por sua lógica e enfatizam a focalização das políticas sociais (SILVA, 2012).

Cabe destacar que, segundo análise de Silva (2012), a suposta crise fiscal que fez das gestões federais “contê-la” com sua prioridade de ajuste fiscal impulsionou o argumento de defesa neoliberal ao corte de gastos sociais, escondendo as intenções de diminuição dos custos com a força de trabalho e o redirecionamento do fundo público para atender em maior escala as demandas do grande capital. Nesta disputa pelo fundo público (cujo maior beneficiário é o capital), o corte de gastos estatais ocorre sob o argumento de escassez de recursos, da necessidade de conter o déficit público ou, conforme no caso do brasileiro, de evitar a volta da inflação, acarretando o sucateamento das diversas políticas sociais.

No conjunto das medidas “recomendadas” pelos organismos internacionais destacamos o processo de privatizações, que nos permite afirmar sobre sua contribuição para alavancar o estoque de ativos financeiros (ações, debêntures, títulos da dívida, tanto pública quanto privada e etc.) (BRETTAS, 2013, p. 183). A este respeito, destacamos como documento norteador o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, desde a gestão de FHC e reafirmada nos governos seguintes.

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

As estratégias de transferências do fundo público para o setor privado tem diversificado as modalidade de privatização implicando em um processo de subsunção da gestão dos serviços públicos através de um complexificado processo de terceirização que além da transferência dos recursos e tem representado a transferência da própria gestão dos serviços públicos que tem sido repassadas para organizações sociais e empresas, que vêm assumindo a gestão de instituições públicas de saúde, que por sua vez contratam serviços de outros, instituindo um recente fenômeno denominado de quarteirização (SOUSA, 2013). Essas novas modalidades de gestão através das Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil (OSCIPS), Fundações, Cooperativas e outras entidades que assumem a execução de atividades vem operando estratégias de redução da intervenção do Estado como prestador direto de serviços desse modo o ente principal, o Estado, vem se desresponsabilizando e criando oportunidades de negócios financiados e dinamizados pelo fundo público ao abrir espaços para o mercado em atividades que tradicionalmente eram prestadas pelo Estado.

A rigor, “a forma com que o Estado paga aos seus credores é via orçamento público, de modo que o moderno sistema tributário constitui um complemento necessário do sistema de empréstimos, do sistema de crédito. Portanto, a dívida pública permite ao Estado financiar gastos extraordinários, mediante elevação dos impostos. No caso de impostos serem insuficientes, o Estado passa a acumular mais dívidas junto ao setor privado, culminando no aumento do pagamento de seu serviço (juros mais amortização do principal da dívida) com o passar do tempo.

Por outro lado, o sistema da dívida complexifica a estrutura das classes no capitalismo contemporâneo, já que a dívida pública permite ao seu possuidor (credor) a participação no orçamento público e suas prioridades mediante políticas sociais públicas.

Em se tratando especificamente da arrecadação de impostos, a qual constitui o orçamento público, quando não é suficiente para o pagamento do serviço da dívida pública, o Estado se obriga a emitir nova dívida. Trata-se de um aumento do estoque

PROMOÇÃO



APOIO

da dívida pública, dada a taxa de juros, que implicará na elevação do serviço da dívida, e assim por diante. Tal fato vem potencializando a manutenção da estrutura das classes no capitalismo.

Decorre desta lógica a advertência de Behring (2010, p. 20) sobre a exploração do trabalho na produção que é complementada por uma **exploração tributária** crescente nesses tempos de intensa crise, em que onera sobremaneira a classe trabalhadora e, em decorrência da correlação de forças desfavorável, esta fica com menor poder de pressão nas disputas pelo fundo público. Esta exploração a que se refere a autora advém do fato de que a burguesia encontra formas cada vez mais sofisticadas de se apropriar do valor gerado pela classe trabalhadora.

Ademais, outro elemento relevante na relação entre a financeirização da riqueza, em que a dívida pública é aspecto crucial diz respeito à expropriação financeira de parcela de salários da força de trabalho, na qual os trabalhadores acabam comprometendo crescentemente parte de seus salários para pagamento de dívidas contraídas.

No referido contexto, a dívida pública desempenhou sua função a contento sem se configurar como fonte de instabilidade. Entretanto, com a crise da década de 1970 o endividamento assumiu nova função. O lugar estrutura fundo público na dinâmica de acumulação desde o pós-guerra, “passou a ter na dívida pública uma das principais formas de transferência de recursos para o grande capital”, de modo que este mecanismo se tornou importante instrumento do Estado no sentido de viabilizar as condições de funcionamento do sistema e alimentar a rentabilidade no circuito das finanças (BRETTAS, 2013, p. 19). Esclarecem Balanco e Pinto, (2005, p. 181-182) sobre a reconfiguração do processo de endividamento:

Nesta nova fase, o endividamento, a variável virtuosa no período prolongado de crescimento desta onda longa, continua ocupando um lugar decisivo, porém, agora, com um conteúdo bastante modificado. O mecanismo do endividamento desta vez está ligado à garantia da alta lucratividade para as finanças, mas, ao mesmo tempo, representa um padrão contraditório que reúne revolução tecnológica, aumento da produtividade, baixo crescimento econômico e elevação da instabilidade. Dentro deste marco, o endividamento se transforma num problema crônico, perpassando os setores público e

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



privado e consolidando, nesta fase do capitalismo, um ambiente de crise recorrente.

Apesar do endividamento assumir função de precípua relevância na reprodução capitalista, sua funcionalidade estrutural determinante no contexto de crise reitera sua importância para o capital, embora agora sua orientação passe a ter propósitos invertidos:

O FMI, principalmente, impôs um conjunto de reformas que inclui a desregulamentação e a flexibilização sobre os países periféricos. A coordenação visa agora atender a novas perspectivas de remuneração do capital dinheiro, amplamente especulativo. As taxas de juros internas passaram a ter uma importância fundamental. Juros altos e taxas de câmbio flutuantes dão suporte ao arsenal especulativo representado pelo surgimento de um número muito elevado de inovações ocorridas no setor financeiro, entre elas, a criação dos derivativos, o mercado secundário para a dívida dos países atrasados, a importância da especulação em bolsa de valores e um impressionante mercado de especulação com moedas nacionais. (BALANCO; PINTO, 2005, p. 184).

Nestes dois momentos experimentados pelo capitalismo, a função estatal foi a responsável pela transformação do endividamento em estratégia estrutural da reprodução capitalista e, na crise, o endividamento se configurou num poderoso mecanismo de controle por parte das nações desenvolvidas sobre as dependentes. “Ao mesmo tempo transformou-se em uma barreira praticamente intransponível para exercício de uma política de desenvolvimento soberana por parte das nações dependentes rumo à superação da estagnação e da instabilidade”. (BALANCO; PINTO, 2005, p. 186-187).

A ampliação da dívida potencializa a legitimação das medidas recomendadas pelos organismos internacionais, os quais vão desde a privatização até a retirada de direitos da classe trabalhadora, como forma de “sanear as contas públicas” e de “equilibrar o orçamento”, sob forte discurso moralizador no qual a necessidade de pagar a dívida deve ser colocada como prioridade e justificativa para as medidas de ajuste e contrarreformas todo um arsenal de mudanças, mas que, em essência, também alimenta a lucratividade do capital, propaga a ideia de coletivização dos benefícios, que, na verdade, são restritos à grande burguesia (BRETTAS, 2013).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Portanto, o discurso econômico convencional sustenta que o ajuste fiscal é a única forma de combater a crise atual porque o Estado capitalista elevou seus gastos sem ter como financiá-los. O ajuste seria a única maneira de sanar as contas públicas. O que este discurso não nos diz é porque estes gastos estatais cresceram. Querem nos fazer crer que cresceram por causa da característica perdulária inerente do Estado, que eleva despesas com o funcionalismo público e programas sociais desnecessários. Daí as reformas estruturais que acompanham o ajuste fiscal. Entretanto, as dívidas públicas cresceram para socorrer os mercados financeiros saturados de títulos da dívida, superacumulação de capital fictício, e não pelo que nos dizem. (CARCANHOLO, 2018, p. 64).

Este caleidoscópio de elementos que revelam o desmonte seguridade nos remete à análise de que, se o debate pelo fortalecimento da proteção social numa perspectiva de universalidade deve perpassar o debate e lutas em torno da disputa pelo fundo público, requer a imperativa análise sobre o sistema da dívida como elemento estrutural na configuração da proteção social.

Se o discurso difundido em torno do endividamento sofreu mudanças substanciais após a década de 1970, o debate no campo das esquerdas em torno do tema precisa ser posto na ordem do dia. A este respeito, recorreremos a possíveis saídas colocadas desde a referida década: a solução para a superação das diversas expressões da chamada questão social para países dependentes como o caso da realidade brasileira deve ocorrer de qual(is) forma(s)?

É importante destacar que a luta por um processo de auditoria da dívida no país ocorreu de modo mais sistemático a partir de 2010, com o surgimento da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). Esta associação que agrega pesquisadores, auditores e entidades e vem se colocando de modo bastante atuante sobre a perversidade e os efeitos deletérios do sistema da dívida para a realidade brasileira.

Apesar de reconhecermos as polêmicas em torno do cálculo que inclui a rubrica de refinanciamento (dívida interna e externa) no cálculo das despesas, considerada por vários economistas como “um grave erro ao incluir o refinanciamento nesta conta, pois desta maneira ocorre uma confusão entre fluxo e estoque de endividamento que, metodologicamente é um equívoco” (SANTO; MENDES, 2016, 39), reiteramos a relevância da ACD no processo de provocar diversos segmentos de nossa sociedade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

(intelectuais, movimentos, entidades, etc.) sobre as expressões do sistema da dívida no vida da população.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a mundialização financeira do capital nas economias dependentes, analisamos que estas têm como característica marcante a centralidade da dívida pública, sob a égide do mercado de capitais. Neste sentido, a política de “ajustamento” das economias dependentes endividadas veio no sentido de reafirmar esses países à dominação externa, a partir do argumento de que a relevância e necessidade desse reordenamento político e econômico impulsionaria o crescimento dos países.

É neste ponto da discussão sobre a relação entre o capital fictício expresso na dívida pública e sua relação com o Estado que entendemos a disputa pelo fundo público na contemporaneidade como necessidade (do ponto de vista do capital) para alimentar o sistema da dívida, já que os títulos públicos da dívida constituem formas assumidas pelo capital fictício e esses títulos não têm valor em si (LUPATINI, 2012).

Mais que isso: são os títulos da dívida que asseguram ao credor direitos sobre as receitas do Estado, sobretudo, de impostos. Este entendimento nos permite inferir que o aumento acelerado da dívida pública e dos elevados dispêndios com o pagamento de juros pelo fundo público no capitalismo contemporâneo, especialmente no caso brasileiro. Destarte, entender que, se o Estado é a forma política de manifestação dos interesses particulares do capital (apesar de suas contradições), o chamado sistema da dívida pública reforça esta lógica, através das finanças.

Os desdobramentos deste processo são nefastos à classe trabalhadora e à proteção social. O que ocorre no debate sobre as políticas sociais, financiadas e geridas pelo Estado, vão sendo configuradas com vistas a uma abrangência populacional cada vez mais específica, restrita, em detrimento de uma perspectiva universal (algumas vezes até garantidas nos marcos legais, constitucionais).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Postas estas reflexões e partindo do pressuposto que a política social é produto da sociedade burguesa e se articula com o valor, via reprodução e condições de oferta da força de trabalho, mas também por meio da constituição e alocação do fundo público, ela consiste numa mediação desta sociedade, já que envolve necessidades reais para a reprodução da força de trabalho, numa articulação entre economia e política, entre estrutura e consciência.

## REFERÊNCIAS

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa. Padrões de desenvolvimento, funções estatais e endividamento no capitalismo contemporâneo. **Análise Econômica**. Ano 23. N. 44. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura do Brasil recente. In: \_\_\_\_\_. BOSCHETTI, I.; LIMA, R.L. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

\_\_\_\_\_. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al (orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. et al (orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRETTAS, Tatiana. Capital financeiro, fundo público e políticas sociais: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula. **Tese (Doutorado em Serviço Social)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, E. et al (orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. Marx(ismo) e dívida pública: para uma crítica da economia política do endividamento público. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio da Silva; STEINER, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra Oliveira (Orgs.). **Que política social para qual emancipação?** Brasília: Abaré Editorial, 2018.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

LUPATINI, Márcio. Crise do Capital e dívida pública. In: SALVADOR, Evilasio et al (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez; 2012.

MENDES, Áquilas Nogueira. **Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: impasses do financiamento no capitalismo financeirizado**. São Paulo: HUCITEC, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; V. 1).

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2012. (Série Obras Didáticas).

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E. et al (orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTO, Marcos Henrique Espírito; MENDES, Áquilas Nogueira. A seguridade social no Brasil na contramão do capitalismo contemporâneo financeirizado. In: **Sociedade em Debate**. V. 24. N. 3. Pelotas, 2018. p. 13-29.

\_\_\_\_\_. O fundo público e o capital portador de juros: o papel da dívida pública brasileira no capitalismo contemporâneo. In: **Pesquisa & Debate**. V. 27. N. 1 (49). São Paulo, 2016.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Entre a expansão do capital e a proteção ao trabalho: contradições da assistência social brasileira no governo neodesenvolvimentista. **Tese (Doutorado em Serviço Social)**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

SOUSA, A. M. C. O público e o privado no sistema de saúde em Mossoró-RN: as contradições para a efetivação da universalidade. **Tese (Doutorado em Serviço Social)**, Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPE. Recife/PE, 2013.

TEIXEIRA, S.O. Por trás do fundo menos público, o que está em jogo é a democracia. In: SALVADOR, E. et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

PROMOÇÃO



APOIO

